

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA Xª VARA
CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXX.**

Processo nº XXXXXX

FULANO DE TAL qualificado nos autos do processo em epígrafe, denunciados como incurso nas penas do art. 155, caput, do Código Penal, vem à presença de Vossa Excelência, assistido pela **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 403, § 3º, do Código de Processo Penal, por memoriais, apresentar:

ALEGAÇÕES FINAIS

fazendo-o na conformidade dos argumentos abaixo expostos.

I . DOS FATOS

Consta da denúncia Ministerial, que por volta das 08h00min do dia XX.XX.XXXX, em via pública, próxima à XXXXXX, situada na XXXXXX, **FULANO DE TAL** teria subtraído uma bolsa feminina cor preta contendo chaves de casa, carteira com documentos pessoais, boletos bancários, um cartão bancário (BANCO TAL) e a quantia R\$ XXXX de XXXXX reais em espécie, pertencentes à **FULANO**

DE TAL.

Denúncia recebida em XX de XXXXX de XXXX (fl.40).

Resposta à acusação (fl.62)

Durante a instrução processual foram ouvidas a vítima FULANO DE TAL (fl. 78) a testemunha FULANO DE TAL (fl.80); e em seguida realizado o interrogatório do réu (fls. 81)

O Ministério Público apresentou alegações finais (fls. 85/88), em que requereu a condenação do réu nos exatos termos da denúncia.

Em breve escorço, é o relatório da Defensoria Pública do Distrito Federal.

1- DA NEGATIVA DE AUTORIA. DA INSUFICIENCIA DE PROVAS PARA FINS DE CONDENAÇÃO.

Compulsando os autos, verifica-se que o réu negou veementemente, os fatos narrados na denúncia, nos seguintes termos:

[...] que **não são verdadeiros os fatos denunciados**; que inobstante estar no momento dos fatos estar no XXXX, em momento algum subtraiu uma bolsa de mulher na forma denunciada; **que o réu pratica é assalto a mão armada**; que não sabe dizer por que a vítima reconheceu o réu como sendo o "ladrão"; que já foi preso e processado por 06 vezes, **todos por roubo, tendo sido condenado a pena total de 45 anos**. Perguntas do MP: que nos assaltos que praticou já tomou bolsa de mulher. Nada mais.

Por outro lado, em sede inquisitorial a vítima às fl.26 afirma em termo de declarações firmado no dia

XX/XX/XXXX que registrou ocorrência policial após os fatos. E, **após alguns dias, foi chamada à XXª DP, a fim de proceder o reconhecimento fotográfico do envolvido.**

Assim, após lhe ser mostradas várias fotografias, a vítima apontou o réu como o autor do furto em questão.

Ademais, a vítima ainda esclareceu em juízo o seguinte (fl.78)

[...] que era de manhã, quando estava indo para o trabalho, e de repente saiu um rapaz por detrás da parada de ônibus, e veio andando na direção da declarante e segurou na bolsa e disse para a declarante soltar a bolsa; que a declarante segurava a bolsa de um lado e ele puxava a bolsa do outro lado e então lhe tomou a bolsa; **que fez a ocorrência e, dias depois, sua bolsa foi encontrada, mas sem o dinheiro que lá estava quando da subtração; que reconheceu na Delegacia o autor do fato por fotografia;** que o dinheiro era em torno de R\$ XXXX reais; que dentro da bolsa, havia a carteira, algumas fotos, boletos bancários e cartões de crédito; **que os agentes lhe informaram que a bolsa foi encontrada num bueiro, perto do local dos fatos, ou seja, nas proximidades da quadra XXXXX, do XXXX desta satélite;** quer os boletos e cartões de crédito foram recuperados. Perguntas da Defesa: que na Delegacia **lhe foram mostradas várias fotografias e então foi analisando, até que encontrou a do rapaz que lhe tomou a bolsa; que esclarece que quando da subtração o autor do fato usava cabelo oxigenado.** Perguntas do MM. Juiz: que através do vidro da sala de audiências deste Juízo, a declarante reconhece o acusado como a pessoa que lhe tomou a bolsa no dia dos fatos mencionados na denúncia; que não tem interesse em ser ressarcida do prejuízo sofrido, bem como não tem interesse em ser informada do andamento do feito. Nada mais.

Todavia, cabe esclarecer que a vítima compareceu à Delegacia somente **23 (vinte e três) dias** após os fatos a fim de realizar o reconhecimento **fotográfico** de suspeitos, procedimento este, indubitavelmente, realizado às avessas

da norma estabelecida no artigo 226 do CPP.

Noutro giro, verifica-se que no dia dos fatos, a vítima também não soube descrever as características físicas do acusado, conforme demonstra a ocorrência policial n.º XXXXX (fls.10/11)

[...] comunicante/vítima **não soube fornecer a descrição física do autor**, limitando-se a dizer que o mesmo era moreno, “troncudo” e estava usando bermuda e chinelo.

Ora, segundo o auto de reconhecimento fotográfico (fl 12), realizado no dia XX/XX/XXXX, **vinte e três dias após a ocorrência dos fatos**, a vítima, estranhamente, foi capaz de descrever características físicas do suspeito, que sequer recordou **cinco minutos após o furto**, consoante dados registrados na Ocorrência Policial (fls.10/11):

Data da **comunicação** XX/XX/XXXX às 8:00

Data do **fato**: XX/XX/XXXX às 8:00
(Segunda Feira) e XX/XX/XXXX às 8:05
(Segunda Feira)

Cumpre se atentar ainda ao depoimento do policial FULANO DE TAL (fl.80);

[...]: **que o depoente trabalhou na apuração dos fatos denunciados**; que a vítima foi a DP e fez ocorrência dizendo que estava caminhando em via pública, quando um rapaz se aproximou e puxou a sua bolsa com muita força e saiu correndo; que no interior da bolsa havia dinheiro e documentos pessoais, além de outros objetos; que na DP **já havia várias**

ocorrências de subtração com o mesmo modus operandi; que com tem ciência que nas proximidades havia uma "boca de fumo", foram até lá e, num bueiro, tinham várias bolsas; que dentre estas bolsas havia a da vítima do presente processo; que os documentos da vítima FULANO DE TAL estavam dentro da bolsa; **que como FULANO DE TAL já tinha sido reconhecido por outras vítimas, quando FULANO DE TAL foi a DP, colocaram várias fotos; que dentre as fotos, FULANO DE TAL reconheceu FULANO DE TAL como sendo o autor do fato**; que em uma das fotos apresentadas a vítima, esta afirmou que numa das fotos o autor do fato estava com a mesma camisa quando ela foi assaltada, salvo engano camisa listrada que esta foto seria do acusado FULANO DE TAL. Nada mais.

Diante dessas informações, nota-se que, na verdade, **a investigação policial foi direcionada para o acusado**, pois este foi preso por vários roubos praticados nas imediações do crime aqui apurado, tendo, inclusive, confessado seis delitos de roubo, os quais relata que se utilizou de arma.

Infere-se, ainda, do depoimento transcrito acima, que na ocasião do reconhecimento realizado na fase inquisitorial, a autoridade policial não se preocupou em apresentar o suspeito juntamente com pessoas de compleição física similar, exatamente como determina a norma, pois é certo

que a polícia apresentou várias fotos, dentre elas a do acusado.

Todavia, entende-se que a polícia simplesmente apresentou FULANO DE TAL como o autor dos fatos, pois conforme se percebe do relatório policial, restou deduzida a autoria do crime dos autos, em razão da autuação do acusado em flagrante de roubo à transeunte, próximo ao XXXXX, via pública, XXXXXX (mesmo local de outras ocorrências), segundo dados da fl. 08.

Ora, imperioso reiterar que a expressão “se possível”, existente no inc. II do art. 226 do CPP, deve ser entendida no **sentido de que se não houver pessoas semelhantes ao acusado este será colocado ao lado de outras pessoas que com ele guardem semelhança**. A expressão “se possível” não significa que na ausência de pessoas semelhantes ao reconhecendo será permitido o seu reconhecimento isolado.

Nesse sentido, a autorizada doutrina de TOURINHO FILHO (CPP Comentado. Volume 1, 8ª edição. São Paulo: Saraiva, 2004, página 564): ***“(...) A lei não admite a possibilidade de reconhecimento isolado. A expressão ‘se possível’ refere-se à exigência de serem colocadas pessoas que guardem certa semelhança com a que deve ser reconhecida. Não havendo, far-se-á com outras pessoas, nunca com a só presença do que vai***

ser reconhecido (...)”.

GUILHERME NUCCI também defende o mesmo entendimento (CPP Comentado, 7ª Edição, p. 487): “(...) *aquiescemos, nesse prisma, com a lição de Tourinho, quando menciona que a expressão ‘se possível’ refere-se ‘à exigência’ de serem colocadas pessoas que guardem certa semelhança com a que deve ser reconhecida’ (Comentários ao CPP) e não com a obrigatoriedade de colocação de várias pessoas lado a lado. Realmente, o abrandamento da regra deve ser visto com relação ao aspecto visual de colaboradores do processo de reconhecimento, visto ser possível inexistir, no local, quem tenha parecença com o reconhecendo, razão pela qual outros serão eleitos para o ato. Não se deve proceder ao reconhecimento individualizado, ou seja, somente entre reconhecedor e reconhecendo. (...)”.*

A razão subjacente a tal magistério doutrinário consubstancia-se em que o reconhecedor, seja ele vítima ou testemunha, deve buscar na sua memória, por intermédio de um padrão de confronto, a ser realizado com pessoas diversas, a imagem efetiva daquele que ele viu cometer um suposto delito, certo é que **“a simples presença daquela pessoa no banco dos réus pode levar, em alguns casos, vítima ou testemunha a ser induzida a fazer uma afirmação, preenchendo desse modo um claro na sua memória vendo aquele homem na posição de réu. Intimamente poderia até assim raciocinar: se ele está aqui, sentado no banco dos réus, é porque foi, realmente, o culpado”** (TOURINHO FILHO, CPP

Comentado. Volume 1, 8ª edição. São Paulo: Saraiva, 2004, página 564).

***Mutatis mutandis*, tal doutrina pode ser aplicada na situação em apreço, eis que ainda que o acusado não estivesse no “banco dos réus” algemado, fato é que ele fora apresentado à vítima na posição de réu (de forma isolada, inclusive), por intermédio de um visor da porta da sala de audiência (fl. 76).**

Cabe lembrar ainda que o réu não foi preso em flagrante e não foi encontrado com os pertences da vítima, portanto, a presente imputação resiste em razão de um **reconhecimento fotográfico**.

Ademais, resta destacar que decorreram 23 dias para a vítima efetivar o reconhecimento do réu, sendo certo que não se recordava de características físicas deste nem mesmo após cinco minutos do fato.

Assim, muito provavelmente, a vítima procedeu ao reconhecimento do acusado, sugestionada pelas circunstâncias apresentadas pela autoridade policial, ou seja, a existência de um suspeito praticante de fatos similares, nas mesmas imediações do crime dos autos.

Destarte, a partir da análise da coleta da informação acerca da autoria do fato, inquestionável aceitar que o reconhecimento realizado pela vítima desde o principio foi inspirada pela tese apresentada

pela policia.

De fato, a autoria do delito nos autos, restaria comprovada no presente processo apenas pela palavra da vítima, a qual, de fato, possui especial relevo em crimes contra o patrimônio.

Cumpre assinalar, todavia, que essa palavra da vítima, deve **necessariamente** deve estar concatenada com outras provas, de modo que seja formado no contexto dos autos um conjunto probatório harmônico, o que, como demonstrado, não ocorre na situação em tela.

No presente caso dos autos, a vítima reconheceu o acusado, já abalada pela afirmação da policia de que o acusado foi reconhecido por diversas vítimas, em situação similar ao fato aqui processado.

Nesse contexto, **ante a palavra isolada da vítima**, e a peremptória **negativa de autoria** por parte do réu, outro caminho não resta, senão a absolvição.

Nesse sentido, colacionam-se os seguintes julgados:

PENAL E PROCESSUAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA. PALAVRA ISOLADA DA VÍTIMA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA MANTIDA. Nos delitos cometidos sem

testemunhas presenciais a palavra da vítima assume relevante valor probatório, **desde que corroborada por outros elementos de convicção**. Havendo dúvida quanto à narrativa da vítima, mantém-se a sentença absolutória. (20020310141246APR, Relator JOÃO MARIO SA, 2ª Turma Criminal, julgado em 01/07/2010, DJ 21/07/2010 p. 202) G.N.

RÉUS CONDENADOS PELO CRIME DE FURTO QUALIFICADO - APELO DO MP PELA CONDENÇÃO PELO DELITO DE ROUBO - PROVA ORAL ISOLADA - APELAÇÃO DA DEFESA PARA REDUÇÃO DAS PENAS-BASE AOS PATAMARES MÍNIMOS. IMPOSSIBILIDADES - NEGADO PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS.1. A palavra da vítima merece prestígio nos crimes contra o patrimônio. **No entanto, somente este depoimento, inseguro e sem amparo em outras provas, não é suficiente a embasar condenação pelo crime de roubo**.2. Negado provimento aos apelos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do réu.(20080110921632APR, Relator JOÃO TIMOTEO DE OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, julgado em 18/06/2010, DJ 02/07/2010 p. 162) G.N.

Ementa: APELAÇÃO. ROUBO MAJORADO. **Palavra isolada da vítima que não arrosta a versão do acusado. Versões antagônicas verossímeis que se resolve com a aplicação do in dubio pro reo**. Absolvição proclamada. RECURSO PROVIDO. (Apelação Crime Nº 70031691520, Quinta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Aramis Nassif, Julgado em 25/08/2010, Publicado em 09/09/2010) G.N.

Ementa: (...) 2. Prova insuficiente, contudo, em relação ao segundo fato delituoso, narrado no aditamento à denúncia. **A palavra da vítima, isolada e sem qualquer apoio no restante da prova testemunhal, não é suficiente para sustentar uma decisão condenatória.** 3. Pena redimensionada. RECURSO PROVIDO EM PARTE. (Apelação Crime Nº 70031512163, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nereu José Giacomolli, Julgado em 10/12/2009, Publicado em 13/01/2010) G.N.

II- DO PEDIDO

Ante o exposto, requer-se a absolvição de **FULANO DE TAL**, com base no art. 386, VII do CPP.

XXXXXX-XX, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
OAB/DF XXXX

FULANO DE TAL
Defensor Público DF